

dade objetiva, que é por sua vez causa da capacidade da mente humana de conhecer a verdade, produzindo nas mentes como que certa marca metafísica, não tanto na forma de Idéias inatas, mas como abertura metafísica da alma para a verdade. Neste sentido, justamente, Deus nos ilumina. De modo significativo e eficaz Agostinho assim sintetiza as características divinas até aqui descritas: como o sol existe, resplandece e ilumina, também Deus existe, é inteligível e comunica inteligibilidade.

Citamos as passagens clássicas tiradas dos Solilóquios e de A Trindade. Esta última inclui também a crítica à doutrina platônica da reminiscência.

(Notemos que a doutrina platônica da reminiscência não está indissoluvelmente ligada ao que Platão sustenta na República. Tudo o que diz na República liga-se, ao invés, com tudo o que afirma no mito do carro alado e do Hiperurânio, onde as almas "vêm" as Idéias na "planície da verdade"; e, portanto, na luz da verdade).

1. A iluminação como fundamento do conhecimento

Deus é inteligível, e inteligíveis são também os princípios das ciências; todavia, há notável diferença entre as duas coisas. Com efeito, tanto a terra como a luz são visíveis: mas a terra não pode ser vista se a luz não brilhar. Deve-se, portanto, crer que também os conhecimentos que são transmitidos nas ciências, e que todo aquele que é capaz de entender admite sem nenhuma dúvida serem veríssimos, não podem ser compreendidos se não forem iluminados por outra coisa, como por um sol deles.

Portanto, como no sol natural podemos observar três coisas: que existe, que resplandece e que ilumina, assim, naquele Deus escondido que queres conhecer existem três outras coisas: que existe, que é inteligível e que torna inteligíveis todas as outras coisas.

É eu quero ensinar-te a compreender estas duas coisas, ou seja, a ti mesmo e a Deus.

Agostinho, *Solilóquios*, I, 8, 15.

Deus vida verdadeira e suprema, no qual, do qual e pelo qual vivem todas as coisas que verdadeiramente e supremamente vivem.

Deus felicidade, no qual, do qual e pelo qual são felizes todos aqueles que são felizes. Deus bondade e beleza, no qual, do qual e pe-

lo qual são boas e belas todas as coisas que são boas e belas. Deus luz inteligível, no qual, do qual e pelo qual resplandece inteligivelmente tudo aquilo que inteligivelmente resplandece.

Agostinho, *Solilóquios*, I, 1, 3.

2. Contra a doutrina da reminiscência

Se o esquecimento cancelou tudo, sob a guia do ensinamento pode-se novamente alcançar aquilo que desaparecera completamente e assim será reencontrado como era. Por isso, Platão, o célebre filósofo, esforçou-se por persuadir-nos de que as almas viveram aqui antes ainda de unir-se a estes corpos e por isso se explica que aquilo que se aprende é reminiscência daquilo que já se conhecia, mais do que conhecimento de alguma coisa nova. Com efeito, ele conta que um escravo, interrogado sobre questões de geometria, respondeu como um mestre versado naquela disciplina. Interrogado gradualmente e com jeito via aquilo que devia ver e dizia aquilo que tinha visto. Mas, caso aqui se tratasse de uma lembrança de coisas anteriormente conhecidas, não seria possível a todos ou a quase todos responder a perguntas de tal gênero. Com efeito, nem todos foram geômetras em sua vida anterior, e os geômetras são tão raros entre os homens que a custo se pode encontrar algum deles.

Agostinho, *A Trindade*, XII, 14,23-15,24.

3. A luz incorpórea da iluminação

É preciso antes pressupor que a natureza da alma intelectiva foi feita de modo que, unida, conforme a ordem natural disposta pelo Criador, às coisas inteligíveis, as percebe em uma luz incorpórea especial, do mesmo modo que o olho carnal percebe aquilo que o circunda, na luz corpórea, pois ele foi criado capaz desta luz e para ela ordenado.

Agostinho, *A Trindade*, XII, 14,23-15,24.

5 A natureza do Bem

Conforme Agostinho, as conotações fundamentais do Bem são três: "medida", "forma" e "ordem". Medida, no sentido de determinação precisa do ente enquanto finito; forma, enquanto fundamento numérico último de distinção; ordem (ou peso) en-

quanto consistência ontológica e posição axiológica.

Estes conceitos são deduzidos tanto da tradição neoplatônica, que remonta até as doutrinas não escritas do próprio Platão, como dos textos bíblicos, e em particular do livro da Sabedoria. Neste sentido, Deus é a Medida suprema de todas as coisas, enquanto o mal é desmedida e desordem, isto é, privação de medida e de ordem.

**1. Deus é Bem supremo
acima do qual não há nada
e do qual derivam todos os bens,
grandes e pequenos.
O Bem supremo,
acima do qual não há nada, é Deus;
e por isso é um bem imutável e,
portanto, verdadeiramente eterno
e verdadeiramente imortal**

Todas as outras coisas são apenas obra dele, mas não existem a partir dele. Com efeito, aquilo que existe a partir dele coincide com aquilo que ele próprio é; ao contrário, as coisas que foram feitas por obra dele, não são aquilo que ele próprio é.

Portanto, se apenas ele é imutável, todas as coisas que fez, enquanto as fez do nada, são mutáveis.

Com efeito, ele é tão onipotente que está em grau de produzir também do nada, ou seja, daquilo que de fato não existe, coisas boas, tanto grandes como pequenas, celestes e terrestres, espirituais e corpóreas.

Uma vez que, verdadeiramente, ele é também justo, não tornou as coisas que fez do nada iguais àquilo que gerou a partir de si.

Portanto, a partir do momento que todas as coisas boas, tanto grandes como pequenas, em qualquer nível da realidade se encontrem, não podem existir a não ser por obra de Deus, segue-se que toda natureza enquanto natureza é um bem, e que toda natureza não pode existir a não ser a partir do Deus supremo e verdadeiro: com efeito, todos os bens também não supremos mas vizinhos ao bem supremo, e até todos os bens, também os menores que existem bem longe do Bem supremo, não podem existir a não ser por obra do mesmo Bem supremo.

Por isso, todo espírito, também mutável, e todo corpo existem por obra de Deus: e tal é toda natureza criada.

Com efeito, toda natureza é ou espírito ou corpo.

Deus é espírito imutável.

O espírito mutável é uma natureza criada, mas melhor que o corpo.

Com efeito, o corpo não é espírito, com exceção do vento, que em certo sentido diferente é chamado de "espírito", porque é invisível para nós, e todavia sua força não é sentida como pequena.

**2. Uma natureza antitética a Deus
foi erroneamente introduzida
pelos Maniqueus.
Indicação do modo
pelo qual este erro é superado**

No que se refere àqueles que, não conseguindo compreender que toda natureza, isto é, todo espírito e todo corpo, é naturalmente bom, se sentem perturbados pela iniquidade do espírito e pela mortalidade do corpo, e por este motivo procuram introduzir outra natureza do espírito maligno e do corpo mortal que Deus não criou: pois bem, nós pensamos que isso que dizemos possa alcançar sua compreensão.

Eles admitem, com efeito, que todo bem não pode existir a não ser por obra do Deus supremo e verdadeiro.

É isto é verdadeiro, e é suficiente para corrigi-los, uma vez que queiramos prestar atenção.

**3. De Deus derivam todos os bens criados
em função da medida,
da forma e da ordem**

Nós, cristãos católicos, veneramos um Deus por obra do qual existem todos os bens, tanto grandes como pequenos; por obra do qual existe toda medida, tanto grande como pequena; por obra do qual existe toda forma, tanto grande como pequena; por obra do qual existe toda ordem, tanto grande como pequena.

Com efeito, todas as coisas, quanto mais são dotadas de medida, de forma e de ordem, tanto mais são boas sob todo aspecto; ao contrário, quanto menos são dotadas de medida, de forma e de ordem, tanto menos são boas.

Portanto, estas três coisas: medida, forma e ordem, para não falar das inumeráveis outras que aparecem ligadas a estas três; estas três coisas, portanto, toda medida, forma e ordem, são como bens gerais nas coisas que foram feitas por Deus, tanto no espírito como no corpo.

Por este motivo Deus está acima de toda forma, acima de toda ordem. É está acima não pela distância espacial, mas por uma potência

inefável e singular, da qual deriva toda medida, toda forma e toda ordem.

Onde estas três coisas são grandes, os bens são grandes; onde são pequenas, os bens são pequenos; onde de fato não existem, não existe nenhum bem.

E além disso, onde estas três coisas são grandes, as naturezas são grandes; onde são pequenas, as naturezas são pequenas; onde de fato não existem, não existe nenhuma natureza.

4. O mal como corrupção da medida, da forma e da ordem

Por isso, quando se pergunta de onde deriva o mal, primeiro se deve procurar o que é o mal.

O mal não é mais que corrupção ou da medida, ou da forma, ou da ordem natural.

Por isso se diz natureza má aquela que é corrompida: com efeito, uma natureza incorrupta é boa sob todo aspecto.

Todavia, também a mesma natureza corrupta, enquanto natureza, é boa; enquanto é corrupta, ao contrário, é má. [...]

5. Não existe uma natureza má enquanto tal

Nenhuma natureza, portanto, enquanto é natureza, é má; mas para cada natureza não existe mal a não ser o de ser diminuída no bem.

Todavia, se, com a diminuição, o bem se perdesse até anular-se, não permaneceria, desse modo, nenhuma natureza; não apenas não permaneceria aquele tipo de natureza que os Maniqueus supõem, em que se encontram tantos bens que demonstram sua cegueira verdadeiramente extraordinária, mas nem mesmo qualquer tipo de natureza que alguém pudesse imaginar.

6. Também a matéria é um bem e também ela deriva de Deus

Não se deve dizer que a matéria que os antigos chamaram *hyle* seja um mal.

Não falo daquela que Mani, com tola vaidade, chama *hyle*, formadora dos corpos, não sabendo o que diz, motivo pelo qual com razão se lhe objeta introduzir outro Deus, pelo fato de que ninguém pode formar os corpos a não ser Deus.

Com efeito, os corpos não são criados, se com eles não subsistem medida, forma e ordem, que são bens, e que não podem existir a não ser por obra de Deus, que, creio, os próprios Maniqueus admitem.

Eu, porém, chamo de *hyle* certa matéria completamente informe e sem qualidades, da qual se formam estas qualidades que percebemos.

É por isso que em grego *hyle* significa lenho, porque para aqueles que trabalham ela se apresenta não tanto como capaz de ela própria fazer algo, mas como aquilo com que se pode fazer alguma coisa.

Portanto, não se deve chamar de mal esta matéria que não se pode perceber mediante alguma forma, mas que dificilmente se pode pensar com todo tipo de privação de forma.

Com efeito, ela tem capacidade de receber formas: de fato, se não pudesse receber a forma imposta pelo artífice, não poderia absolutamente se chamar de matéria.

Por outro lado, se a forma é determinado bem, pelo qual aqueles que prevalecem pela forma são ditos de forma adequada, e pela beleza são chamados belos, está fora de dúvida de que também a capacidade de receber forma é igualmente um bem.

Assim, por exemplo, a partir do momento que a sabedoria é um bem, ninguém duvida de que a capacidade de receber sabedoria seja um bem.

E, uma vez que todo bem existe por obra de Deus, ninguém deve duvidar de que também esta matéria, se é algo, não pode existir a não ser por Deus.

7. Deus é o ser verdadeiro e imutável do qual apenas o nada é contrário

De modo esplêndido e divino nosso Deus disse a seu servo: "Eu sou aquele que sou; e aos filhos de Israel dirás: 'Aquele que é' mandou-me a vós".

Com efeito, Deus existe verdadeiramente, porque é imutável. De fato, toda mutação faz não existir aquilo que existia. Por isso é verdadeiramente ser aquele que é imutável.

As outras coisas que por ele foram feitas, receberam o ser dele conforme sua medida.

Por isso, a ele que existe em sumo grau nada pode ser contrário a não ser aquilo que não existe.

8. Deus como Medida suprema e Sumo Bem

Não se deve dizer que Deus tem certa medida, de modo que não se creia que dele se diga que tem um fim.

Nem, todavia, é sem medida aquele por obra do qual foi conferida uma medida para todas as coisas.

Nem, por outro lado, é oportuno dizer que Deus é medido, como se ele tivesse recebido de alguém uma medida.

Todavia, se dizemos que Deus é a Medida suprema, talvez dizemos algo, se, porém, com aquilo que chamamos Medida suprema, nós entendemos o Bem supremo.

Com efeito, toda medida, enquanto medida, é um bem.

Por isso todas as coisas que foram medidas, que têm justa e conveniente medida não podem ser denominadas sem valor; mesmo que, em outro significado, entendamos "medida" no sentido de "fim", para dizer que não existe medida onde não existe um fim.

Por vezes dizemos isso como elogio, como quando se diz: "É o seu reino não terá fim". Neste caso se poderia também dizer que não terá medida, desde que se entenda medida no sentido de fim. Com efeito, aquele que reina sem alguma medida, de algum modo não reina.

**9. Medida, forma e ordem
são sempre boas
e podem ser consideradas más
apenas relativamente,
ou seja, caso se manifestem inferiores
ao que deveriam ser**

Portanto, dizemos que a medida é má, a forma é má, a ordem é má enquanto são inferiores ao que deveriam ser, ou quando não se adaptam às coisas às quais devem estar adaptadas.

Tais coisas são, portanto, chamadas de más, enquanto são estranhas e incongruentes, como se disséssemos que alguém não se comportou de modo bom, enquanto agiu de modo inferior de como deveria ter agido, ou enquanto agiu como em tal circunstância não deveria ter agido, ou fez mais do que deveria, ou de modo não conveniente. De modo que o que é reprovado, ou seja, o ato feito de modo mau, com justa razão não é reprovado por outro motivo a não ser pelo motivo que nele não foi mantida a medida.

Do mesmo modo, dizemos que uma forma é má ou por comparação com uma mais agraciada e mais bela, enquanto esta é uma forma inferior e a outra é superior, não por grandeza, mas por elegância; ou então porque ela não convém à coisa à qual foi aplicada, de modo que se manifesta estranha e inconveniente, como se um homem caminhasse nu em público; coisa que não é de estranhar, caso aconteça no banho.

Da mesma forma, também a ordem denomina-se má, quando a própria ordem apareça como inferior à devida: por isso, neste caso não é a ordem que é má, e sim a desordem, enquanto

ou é menos ordenada do que deveria ser, ou não é ordenada do modo como deveria ser.

Concluindo, onde existe certa medida, certa forma e certa ordem, existe também certo bem e certa natureza. Ao contrário, onde não existe nenhuma medida, nenhuma forma e nenhuma ordem, não existe nenhum bem e nenhuma natureza.

Agostinho, *Natureza do Bem*.

**6 As "Idéias"
como pensamentos de Deus**

Sobre a teoria das Idéias, uma das maiores conquistas do pensamento platônico, Agostinho expressou claramente sua posição em uma Quaestio específica.

As Idéias não são, para ele, seres subsistentes em si e por si, como uma esfera de realidades que subsistem por si.

As Idéias são as formas paradigmáticas, os modelos das coisas, as razões ou estruturas estáveis e imutáveis, segundo as quais são feitas todas as coisas.

É de tal forma importante o conceito de "Idéia", diz Agostinho, que todos aqueles que fizeram filosofia de algum modo o tiveram, mesmo que não o tenham expresso de modo preciso. Não é com efeito possível ser filósofo sem este conceito.

Pois bem, para Agostinho as Idéias são a verdadeira realidade, como queria Platão, mas não subsistentes em si e por si, e sim subsistentes como pensamentos eternos de Deus. As Idéias estão na mente de Deus, e portanto o Hiperurânio platônico é a mente de Deus.

Nessa direção a Patrística grega já se movera de modo claro, mas também o pensamento greco-pagão, tanto os Platônicos dos primeiros dois séculos da era cristã como Plotino, que pusera justamente no Nous, ou seja, no Espírito ou Inteligência, o mundo das Idéias na sua globalidade. Mas para os pensadores cristãos o ponto de partida fora indubitavelmente Filon de Alexandria, escritor judeu (que viveu na primeira metade do séc. I d.C.), que foi o primeiro a apresentar as Idéias platônicas como contidas no Logos divino, e produzidas por Deus. Todavia, uma vez que a passagem em que Filon exprime este seu pensamento é de importância his-

venha, não existia um tempo futuro, sem nada que exista, não existia um tempo presente. Dois, portanto, desses tempos, o passado e o futuro, como existem, dado que o primeiro não existe mais e o segundo ainda não existe? E quanto ao presente, se fosse sempre presente, sem traduzir-se em passado, não seria mais tempo, mas eternidade. Portanto, se o presente, para ser tempo, deve traduzir-se em passado, como podemos dizer também dele que existe, se a razão pela qual existe é que não existirá? Portanto, não podemos falar com verdade da existência do tempo, a não ser enquanto tende a não existir.

6. Os três tempos: o presente do passado, o presente do presente e o presente do futuro

Um fato agora está claro: nem o futuro nem o passado existem. É inexato dizer que os tempos são três: passado, presente e futuro. Talvez fosse exato dizer que os tempos são três: presente do passado, presente do presente, presente do futuro. Estas três espécies de tempos existem de algum modo na alma e não vejo em outro lugar: o presente do passado é a memória; o presente do presente, a visão; o presente do futuro, a espera. Permitam-me estas expressões e então vejo e admito três tempos, e três tempos existem. Diga-se ainda que os tempos são três: passado, presente e futuro, conforme a expressão abusiva que entrou em uso; diga-se também o seguinte: vede, não reparo, não contradigo nem zombo de ninguém, contanto que se compreenda aquilo que se diz: que o futuro agora não existe, nem o passado. Raramente nós nos exprimimos com exatidão; no mais das vezes nos exprimimos inexatamente, mas é possível reconhecer o que queremos dizer.

7. No ânimo está a medida do tempo

É em ti, espírito meu, que meço o tempo. Não te precipites contra mim: é assim; não te precipites contra ti por causa de tuas impressões, que te perturbam. É em ti, repito, que meço o tempo. A impressão que as coisas produzem em ti em sua passagem, e que perdura depois de sua passagem, é tudo o que meço, presente, e não tanto as coisas que passam, para produzi-la; é tudo o que meço, quando meço o tempo.

É este é, portanto, o tempo, ou não é o tempo que meço. Mas quando medimos os silêncios e dizemos que tal silêncio durou tanto tempo, quanto durou tal voz, não concentramos

o pensamento para medir a voz, como se ressoasse a fim de que possamos referir algo sobre intervalos de silêncio em termos de extensão temporal? Também sem empregar a voz e os lábios percorremos com o pensamento poemas e versos e discursos, referimos todas as dimensões de seu desenvolvimento e as proporções entre os vários espaços de tempo, exatamente como se os recitássemos falando. Quem, desejando emitir um som mais extenso, primeiro determinou sua extensão com o pensamento, certamente reproduziu em silêncio esse espaço de tempo e, confiando-o à memória, começa a emitir o som, que se produz até que seja levado ao termo preestabelecido: ou melhor, produziu-se e se produzirá, pois a parte já realizada evidentemente se produziu, a que permanece se produzirá. Assim se realiza. A tensão presente faz passar o futuro para o passado, o passado cresce com a diminuição do futuro, até que com a consumação do futuro tudo será apenas passado.

Mas como diminuiria e se consumaria o futuro, que ainda não existe, e como cresceria o passado, que não existe mais, senão pela existência no espírito, autor desta operação, dos três momentos da espera, da atenção e da memória? Dessa forma, o objeto da espera feito objeto da atenção passa à memória. Quem nega que o futuro não existe ainda? Todavia, existe já no espírito a espera do futuro. É quem nega que o passado não existe mais? Todavia, existe ainda no espírito a memória do passado. É quem nega que o tempo presente carece de extensão, sendo um ponto que passa? Todavia, perdura a atenção, diante da qual corre para seu desaparecimento aquilo que aí aparece. O futuro inexistente, portanto, não é longo, mas um longo futuro é a espera longa de um futuro; da mesma forma, não é longo o passado, inexistente, mas um longo passado é a memória longa de um passado.

Agostinho, *Confissões*

8 O "sábado" de felicidade eterna na Cidade de Deus e o "oitavo dia"

Podemos dizer que as "duas Cidades", já concebidas, embora em medida limitada, por Platão, no final do livro IX da sua República

ca, levam às extremas conseqüências aquilo que ainda o próprio Platão havia entrevisto.

Platão dizia, com efeito, que existem dois modos de viver: aquele que se fundamenta sobre a "medida" do homem e aquele que considera ao invés Deus como "medida de todas as coisas". É para Agostinho a Cidade terrena é justamente a daqueles que vivem segundo o homem, ou seja, tomando o homem como medida suprema, enquanto a Cidade celeste é a daqueles que vivem segundo Deus, ou seja, tomando o próprio Deus como medida suprema.

Todavia, bastante além de Platão, Agostinho adquire uma visão global das duas Cidades, em dimensão cósmica e hipercósmica.

Também no céu existem as duas Cidades, a dos anjos rebeldes e a dos que permaneceram fiéis a Deus. Sobre a terra, ao contrário, surgiram com Caim e com Abel a Cidade do amor do homem terrena, que desemboca no ódio, e a Cidade do amor verdadeiro de Deus.

A Cidade terrena, que aqui sobre a terra parece dominante, será eternamente derrotada na danação; ao contrário, a Cidade celeste, que aqui aparece como peregrina, terá paz na eterna salvação.

Ressuscitado na Cidade celeste, o homem terá a felicidade à qual não falta nenhum bem; haverá diferentes graus de amor e de recompensa: ser sem inveja, a liberdade do não-poder-pecar (ao invés da do poder-não-pecar, típica desta vida), o esquecimento dos males terrenos nos bens eternos e, por fim, a possibilidade de ver Deus que será tudo em todos. É se ver Deus tudo em todos será como o "sábado" eterno, o "sétimo dia" eterno, a coroação desse dia será como o "oitavo dia" da vida eterna, cujo fim será o de não-ter-mais-um-fim, ou seja, a eternidade.

É este é justamente o sentido do homem. Quem é, portanto, o homem? O homem é aquele que, peregrino sobre a terra, tem como fim o de chegar a um reino que não tem um fim.

Leiamos o bellissimo final da Cidade de Deus.

1. Na Cidade eterna teremos a liberdade de não-poder-pecar

Não é verdade que os santos não terão o livre-arbitrio, porque não poderão sentir mais o fascínio do pecado. Ele será, ao contrário, se-

guramente mais livre, enquanto liberto do fascínio do pecado, chegando a sentir o fascínio irremovível do não querer mais pecar. Com efeito, o livre-arbitrio, que primeiro foi dado ao homem, quando inicialmente foi criado reto, teria podido não pecar, mas teria podido também pecar; o livre-arbitrio final ao invés será ainda maior, pois não poderá pecar. Também isto, porém, por dom de Deus e não por uma possibilidade de sua natureza.

Uma coisa, de fato, é ser Deus, e outra é participar de Deus. Deus por natureza não pode pecar; ao contrário, quem participa de Deus recebeu dele o dom de não poder pecar. Dever-se-ia, portanto, respeitar uma seqüência no dom de Deus: de início era concedido o livre-arbitrio pelo qual o homem *podia não pecar*, no fim o livre-arbitrio pelo qual o homem *não podia pecar*; aquele para adquirir um mérito, este para acolher uma recompensa. Mas, uma vez que esta natureza pecou quando pôde pecar, é liberta por uma graça ainda maior, que a conduz à liberdade na qual *não pode pecar*. Como a primeira imortalidade, que Adão perdeu com o pecado, residiu na possibilidade de não morrer e a última estará na impossibilidade de morrer, também o primeiro livre-arbitrio residiu na possibilidade de não pecar e o último estará na impossibilidade de pecar.

De tal modo, então, a vontade da piedade e da justiça não se poderá perder, também não se poderá perder a da felicidade. Com o pecado nós, certamente, não conservamos nem a piedade nem a felicidade, mas não perdemos a vontade de ser felizes, mesmo depois de ter perdido a felicidade. Dever-se-ia talvez negar que Deus tenha o livre-arbitrio, uma vez que ele não pode pecar?

2. O esquecimento dos males na Cidade eterna

Tal Cidade, portanto, terá uma vontade livre, uma em todos e inseparável em cada um; liberta de todo mal e repleta de todo bem, gozando indefectivelmente na alegria dos gáudio eternos, esquecida das culpas e das penas, sem esquecer, porém, sua libertação e sem ser ingrata para com seu libertador. No plano do conhecimento racional recordará também seus males passados, mas, no plano da experiência direta, não recordará mais nada. Também o médico mais valoroso conhece de fato quase todas as doenças, como elas podem ser conhecidas por profissão; muitíssimas, ao invés, não conhece, assim como podem ser experimentadas no próprio corpo, não as tendo provado.

Como há, portanto, dois conhecimentos dos males, um pelo qual eles não fogem do poder da mente, o outro porque tocam a experiência dos sentidos (uma coisa é conhecer todos os vícios mediante aquilo que a sabedoria ensina, outra é conhecê-los por meio de uma vida corrupta, estultamente), também há dois modos de esquecer os males: quem os conheceu graças às informações da sua doutrina, esquece-se deles de modo diverso de quem deles fez experiência e os sofreu; para um é como se transcurasse seu estudo, para o outro é como se fosse subtraído de seu tormento. Este segundo tipo de esquecimento é aquele pelo qual os santos esquecerão seus males passados; serão todos dele subtraídos, de modo a ser cancelados completamente de sua experiência. Ao invés, no plano da capacidade de seu conhecimento, que neles será grande, não apenas não ignorarão seu passado, como também a eterna infelicidade dos danados. Por outro lado, se eles não souberem que foram infelizes, como poderão exclamar, com o Salmo: "Cantarei sem fim as graças do Senhor"? E não haverá seguramente nesta Cidade um canto mais doce do que este para glorificar a graça de Cristo, em cujo sangue fomos libertos. Cumprir-se-ão então as palavras: "Parai e sabei que eu sou Deus".

3. No "sétimo dia" veremos a Deus, que será tudo em todos

Este será de fato o sábado supremo, que não conhecerá fim, e que o Senhor recomendou às origens do criado, dizendo: "Então Deus no sétimo dia levou a termo o trabalho feito e descansou no sétimo dia de todo o seu trabalho. Deus abençoou o sétimo dia e o consagrou, porque nele tinha descansado de todo trabalho que ele, criando, tinha realizado". Justamente nós próprios seremos o sétimo dia quando estivermos repletos e reconstituídos pela sua bênção e pela sua consagração. Ai estaremos livres para ver que ele é Deus, enquanto quisemos ser Deus para nós mesmos quando cáimos longe dele, dando ouvidos às palavras do sedutor: "Tornar-vos-eis como Deus"; assim nos afastamos do verdadeiro Deus, por intervenção do qual ter-nos-íamos tornado como ele por meio de uma participação, em vez de por uma deserção. Sem ele não fizemos mais que incorrer em sua cólera. Reconstituídos por ele, ao invés, e tornados perfeitos por uma graça maior, estaremos livres para a vida eterna, vendo que

ele é Deus, do qual estaremos repletos quando Deus for tudo em todos.

Nossas próprias boas obras, quando se reconhecem como suas ao invés de como nossas, são-nos atribuídas como mérito para alcançar este sábado; se, ao contrário, as tivermos atribuído a nós, serão como obras servis, enquanto do sábado se diz: "Não fareis nenhuma obra servil". Por isso também por meio do profeta Ezequiel se diz: "Dei a eles também os meus sábados como sinal entre mim e eles para que soubessem que sou eu, o Senhor, que os santifico". Então conheceremos isso perfeitamente, quando estivermos perfeitamente livres e virmos perfeitamente que ele é Deus.

4. As seis eras da história do homem

Esta celebração do sábado aparecerá de modo mais evidente se se calcularem, como se fossem dias, também as eras, conforme aqueles períodos que a Escritura parece nos apresentar, pois ele será o sétimo dia. A primeira era, como se fosse o primeiro dia, vai de Adão até o dilúvio, a segunda até Abrão, igual à primeira não como duração mas como número de gerações; parece-nos, de fato, que foram dez. A partir daqui, como precisa o evangelista Mateus, seguem-se três eras até a vinda de Cristo, cada uma das quais compreende quatorze gerações: uma vai de Abrão a Davi, outra vai até o exílio na Babilônia, a terceira até a encarnação de Cristo. No total são cinco eras. A sexta ainda está em curso e não deve ser medida em termos de gerações, pois está escrito: "Não cabe a vós conhecer os tempos e os momentos que o Pai reservou à sua escolha".

5. O "oitavo dia" da vida eterna

Depois desta era Deus repousará como no sétimo dia, fazendo nele repousar aquele mesmo sétimo dia que seremos nós. Seria demasiado longo neste ponto examinar atentamente cada uma dessas eras; todavia, esta sétima será o nosso sábado, cujo fim não será o declínio, e sim o dia do Senhor, como que um oitavo dia da vida eterna, o qual foi consagrado na ressurreição de Cristo, prefigurando o repouso eterno do espírito e do corpo. Ai repousaremos e veremos, veremos e amaremos, amaremos e louvaremos. Isso será no fim, e não haverá fim! Que outra coisa é nosso fim, senão chegar ao reino que não tem fim?

Agostinho, *A Cidade de Deus*.